

**BIOECONOMIA INDÍGENA COMO ALTERNATIVA DE AUTOGESTÃO
TERRITORIAL: IMPACTO LOCAL SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DOS
PRODUTOS DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ (CPSM)**

**INDIGENOUS BIOECONOMY AS AN ALTERNATIVE FOR TERRITORIAL SELF-
MANAGEMENT: LOCAL IMPACT OF THE COMMERCIALIZATION OF
PRODUCTS FROM THE SATERÉ-MAWÉ PRODUCERS CONSORTIUM (CPSM)**

Recebido em: 20/04/2026

Aceito em: 16/07/2026

Publicado em: 31/08/2026

Jean Reis de Almeida¹ 
Universidade Federal do Pará

Rosana Quaresma Maneschy² 
Universidade Federal do Pará

Peter Mann de Toledo³ 
Universidade Federal do Pará

Resumo: Esta pesquisa analisa a bioeconomia indígena como alternativa para a autogestão territorial e o desenvolvimento sustentável do povo Sateré-Mawé. O estudo centra-se no Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), organização que busca agregar valor à cultura local e promover a autossuficiência econômica em harmonia com a biodiversidade. O objetivo é investigar como a comercialização do guaraná e de outros produtos nativos impacta a autonomia e a preservação ambiental na Terra Indígena Andirá-Marau. A metodologia possui caráter qualitativo e participativo, empregando técnicas de etnografia, entrevistas e observação junto aos membros do CPSM. Os resultados indicam que a bioeconomia indígena fortalece a gestão territorial e melhora a qualidade de vida nas aldeias, apesar da escassez de políticas públicas específicas para o setor. Conclui-se que o modelo adotado pelos Sateré-Mawé promove o bem-viver coletivo, integrando o etnoconhecimento ancestral às demandas do mercado global para garantir a soberania do território.

Palavras-chave: Terra Indígena Andirá-Marau; Bioeconomia Indígena; Autogestão Territorial; Bem-viver; Sateré-Mawé.

Abstract: This research analyzes the Indigenous bioeconomy as an alternative for territorial self-management and sustainable development of the Sateré-Mawé people. The study focuses on the Consortium of Sateré-Mawé Producers (CPSM), an organization that seeks to add value to local culture and promote economic self-sufficiency in harmony with biodiversity. The objective is to investigate how the commercialization of guaraná and other native products impacts autonomy and environmental preservation in the Andirá-Marau Indigenous Territory. The methodology adopts a qualitative and participatory approach, employing ethnographic techniques, interviews, and observation conducted with CPSM members. The results indicate that the Indigenous bioeconomy strengthens territorial management and improves quality of life in the villages, despite the scarcity of specific public policies for the sector. It is concluded that the model adopted by the Sateré-Mawé promotes collective well-being by integrating ancestral ethnoknowledge with global market demands to ensure territorial sovereignty.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista vinculado a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Belém, Pará, Brasil. Email: adm.jeanreis@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia do NUMA/UFPA. É orientadora de Jean Reis de Almeida. Belém, Pará, Brasil. E-mail: romaneschy@ufpa.br

³ Docente do Curso de Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais, convênio UFPA-MPEG-Embrapa e do PPGDEAM no NUMA/UFPA. É coorientador de Jean Reis de Almeida. Belém, Pará, Brasil. E-mail: peter.toledo@inpe.br

Keywords: Andirá-Marau Indigenous Territory; Indigenous Bioeconomy; Territorial Self-management; Collective Well-being; Sateré-Mawé.

INTRODUÇÃO

A bioeconomia tem ocupado um espaço central nos debates globais contemporâneos como estratégia para enfrentar mudanças climáticas e promover a segurança alimentar, pautando-se na transição para recursos biológicos renováveis (Uma concertação pela Amazônia, 2024). Contudo, no contexto dos povos originários, os sistemas econômicos operam sob lógicas que transcendem as categorias ocidentais, mobilizando cosmologias e territorialidades próprias. O pilar central desta dinâmica é o etnoconhecimento, que integra a sabedoria ancestral às práticas modernas de gestão para o gerenciamento sustentável da terra. Para o povo Sateré-Mawé, os "filhos do guaraná", esse saber manifesta-se na domesticação milenar da *Paullinia Cupana*, transformando-a de trepadeira silvestre em arbusto cultivado, o que fundamenta sua identidade cultural e sua economia sustentável.

O contexto histórico desta pesquisa é marcado pela resistência contra pressões externas que ameaçaram a integridade da Terra Indígena (TI) Andirá-Marau, homologada em 1986. Na década de 1980, o território sofreu invasões da empresa petrolífera francesa Elf-Aquitaine, cujas explosões de dinamite causaram destruição ambiental e mortes de indígenas, além da ameaça de construção da rodovia Maués-Itaituba, que cortaria o território ao meio. Essas agressões impulsionaram uma articulação política que culminou na fundação do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) em 15 de setembro de 1987, com o objetivo de garantir a autogestão territorial e a proteção da biodiversidade (Lorenz, 1992).

Neste cenário, a estrutura da organização funciona de maneira análoga a uma prefeitura, operando por meio de seis secretarias coordenadas pela Secretaria Geral: Educação Diferenciada, Saúde Diferenciada, Secretaria Autônoma das Mulheres, Consórcio dos Produtores, Comunicação/Transparência e Vigilância. O braço econômico dessa estrutura é o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), criado para gerenciar de forma autônoma a administração, produção e exportação de produtos da biodiversidade local, eliminando intermediários e adotando princípios de Comércio Justo. O CPSM utiliza a marca *Nusoken* — referência ao território sagrado mitológico — para comercializar o guaraná, que possui Denominação de Origem (DO) e certificação orgânica, agregando valor ético e cultural ao produto no mercado global (Almeida, 2021).

O objetivo deste artigo foi analisar como essa estrutura organizacional e a comercialização de produtos pelo CPSM impactam a autogestão territorial e a qualidade de vida na TI Andirá-Marau. Investiga-se como a integração entre o etnoconhecimento e a gestão

administrativa do CGTSM promove o "bem-viver" coletivo e a harmonia com a natureza, oferecendo um modelo de desenvolvimento sustentável que respeita a autonomia indígena. A importância deste estudo reside em demonstrar que a bioeconomia indígena transcende a mera geração de renda, funcionando como ferramenta de afirmação identitária e independência política frente aos desafios da economia global.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em virtude do objeto proposto, compreende-se que a pesquisa qualitativa permite alcançar os resultados esperados, uma vez que esse tipo de investigação se refere à vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos e fenômenos culturais (Strauss, 2008). Segundo Flick (2009), a prática deste tipo de abordagem permite a compreensão da dinâmica presente nas relações sociais, bem como a análise direta sobre o sujeito, agrupamento de pessoas ou instituição. Trata-se de uma perspectiva propícia para abordar contextos sociais e os objetos de pesquisa presentes nos cenários observados pelo pesquisador.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, caracterizada por uma interdependência viva e um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade (Chizzotti, 2008). Para apreender o objeto proposto nesta investigação, o desenho metodológico constituiu-se mediante uma triangulação (Flick, 2009), composta por pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica assume um papel estratégico nesta investigação, pois permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela passível de pesquisa direta. Essa vantagem é particularmente relevante quando os dados estão dispersos geograficamente, exigindo uma análise profunda para identificar possíveis incoerências ou contradições por meio do cotejamento cuidadoso de fontes diversas (Gil, 2008).

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Complementarmente, a pesquisa documental é fundamental para a construção de dados deste estudo, visando a obtenção de informações em registros para a compreensão assertiva de determinado fenômeno (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015). Esta técnica pode ser aplicada de maneira integrada a outros métodos de investigação (Flick, 2009).

No âmbito desta pesquisa, analisou-se o acervo documental produzido pelo Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) e pela marca Nusoken. Foram examinados documentos como o Estatuto do CGTSM (2013), atas de reuniões, relatórios de atividades e assembleias, cartilhas informativas e relatos concedidos em exposições, os quais fornecem a base para a análise da autogestão e comercialização dos produtos do povo Sateré-Mawé.

Dessa forma, a pesquisa etnográfica oferece uma perspectiva privilegiada para explorar questões complexas relacionadas à cultura, identidade, poder e resistência. Ao observar diretamente as práticas e interações sociais na Terra Indígena Andirá-Marau, desvelam-se as dinâmicas de poder subjacentes e as estratégias de negociação adotadas pelos atores sociais. Isso não apenas enriquece a compreensão acadêmica sobre a bioeconomia indígena, mas também oferece subsídios para a análise de impactos na gestão territorial e na qualidade de vida das aldeias, com foco no bem-viver coletivo e na harmonia com a natureza.

O POVO SATERÉ-MAWÉ

O povo Sateré-Mawé habita a região do médio rio Amazonas desde tempos imemoriais; falam a língua Sateré, que integra o tronco linguístico Tupi. Através de relatos dos viajantes europeus conclui-se que seus ancestrais habitaram o vasto território entre os rios Madeira e Tapajós, delimitado ao norte pelas ilhas Tupinambaranas e ao sul pela região das cabeceiras do rio Tapajós e Maués, no estado do Amazonas. Lorenz (1992) autodenominam-se Sateré-Mawé. O primeiro nome, *Sateré*, quer dizer “lagarta de fogo”, referência ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade, aquele que indica tradicionalmente a linha sucessória dos chefes políticos. O segundo nome Mawé quer dizer “papagaio inteligente e curioso” e não é designação clânica.

Conforme Yamã (2007), os Sateré-Mawé residiam em uma ampla faixa de fronteira que se estendia entre os Estados do Amazonas e Pará, em uma área conhecida como Mawézia, o território pátria dos Mawé. Esse local abrangia os municípios de Parintins, Barreirinha e Boa Vista do Ramos, além dos municípios de Itaituba e Aveiro, no estado do Pará. Situa-se a leste da segunda maior ilha fluvial do mundo, a Ilha Tupinaba’rana, considerada o berço da civilização Mawé. Presentemente, o povo Sateré-Mawé ocupam somente um terço dessas terras, que foram demarcadas pela FUNAI como o nome de Área Indígena Andirá-Marau, nos confins do território verdadeiro.

Conforme Pereira (2003) desde o início da conquista espiritual da Amazônia, inúmeros nomes do povo Sateré-Mawé foram registrados em documentos, por cronistas dos

expedicionários, desbravadores de sertões e pelos próprios missionários. Assim, chamados: Maoz, Mabué, Mangués, Manguês, Jaquezes, Maguases, Mahués, Magués, Mauris, Mawés, Maraguá, Mahué, Magueses, Andirazes.

Durante essa jornada histórica, diversos povos indígenas viram suas identidades, agrupamentos de famílias e estruturas sociais serem alteradas devido a influências tanto internas quanto externas provocadas por migrações e mudanças territoriais. Os Maué se reuniram em clãs e passaram a se chamar Sateré-Mawé, cuja a estrutura, organização política e social ficou conhecida por suas divisões em clãs, chamados Ywania, com origens na mitologia, responsáveis por representar as diversas nações mawé. Nesta sociedade, há uma hierarquia estabelecida, em que o clã Sateré (lagarta de fogo) se destaca dos demais por deter os direitos políticos do seu povo. Além do clã principal, sateré, existem outras linhagens como: *waranã* (guaraná), *ywaçaí* (açaí), *akuri* (cotia), *awkuy* (guariba), *as'ho* (tatu), *iaguaretê* (onça), *piriwato* (rato grande), *akyi* (morcego), *hwi* (gavião), *nhampo* (pássaro do mato), *uruba* (urubu), *nhap* (caba), *napu'wany'ã* (agricultor), *koreriwá* (caçador), *watunriá* (pescador), *hwariá* (guerreiro), *awi'á* (abelhas); *mói* (cobra). Geralmente, este último clã é formado pelos *paini* da etnia, que são os pajés (PIB Socioambiental, 2021).

Nascimento (2013) observa que a identidade cultural dos Mawé é formada pelo *Porantim*, objeto sagrado em formato de remo, o qual segundo o povo Sateré-Mawé, possui poderes sobrenaturais. De acordo com a mitologia, no *Sehayporí* (livro sagrado dos Maués) estão registrados os mitos, nele estão os relatos dos acontecimentos de bravura de seus heróis e a história do povo gravada no *Porantim*.

A autoimagem dos Sateré-Mawé como filhos do guaraná está traçada no plano ideológico no mito da origem. Inventores da cultura do guaraná, os Sateré-Mawé transformaram a *Paullinia Cupana*, trepadeira silvestre da família das *Sapindáceas*, em arbusto cultivado, introduzindo seu plantio e beneficiamento. Esse processo de domesticação da planta, juntamente com o advento da agricultura, sustenta a sabedoria ancestral que os Sateré-Mawé, são descendentes diretos do guaraná. O guaraná é uma planta nativa da região das terras altas da bacia hidrográfica do rio Maués-Açu, que coincide precisamente com o território tradicional Sateré-Mawé (Lorenz, 2020).

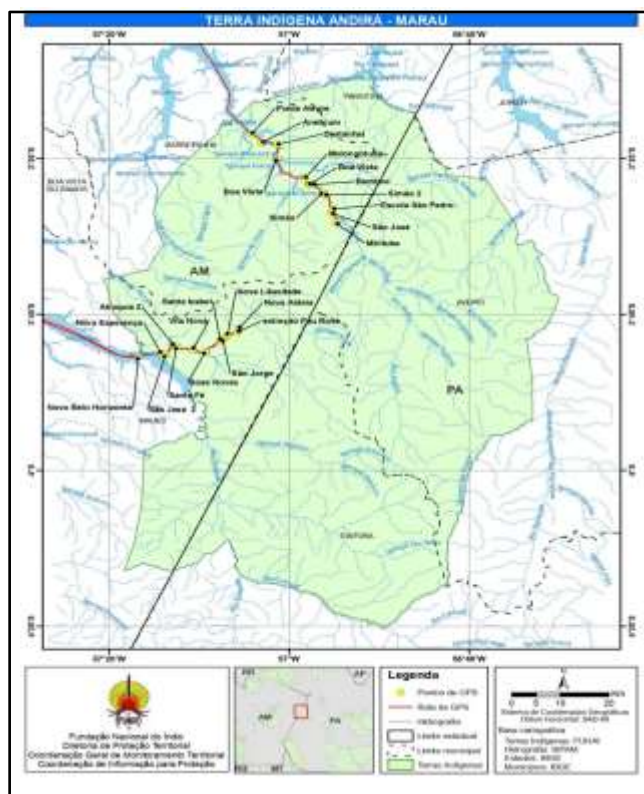
TERRA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU

A TI Andirá-Marau está localizada entre os estados do Amazonas e Pará, abrangendo

os municípios de Aveiro e Itaituba (PA), Barreirinha, Maués e Parintins (AM), nas calhas dos rios Urupadi, Marau, Andirá e Uaicurapá. Foi homologada em 1986 com uma área de 788.528 hectares, dos quais 3% estão em sobreposição com a Floresta Nacional do Pau-rosa e 11% em sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia. É constituída por 103 aldeias e sítios ao longo das calhas dos principais rios (Brasil, 2022). Atualmente conta com aproximadamente 16.312 pessoas, falantes da língua Mawé e com domínio do português (SIASI/SESAI, 2020).

A referida terra é de acordo com o IBGE (Brasil, 2020) uma das onze Terras Indígenas brasileiras com maior população, divididos nos territórios amazonense (13.129) e paraense (3183). Conforme na figura 01, podemos verificar as comunidades que a compõem e os municípios nos quais elas estão localizadas.

Figura 01 – Mapa da Terra Andirá- Marau com a identificação das comunidades indígenas.



Fonte: Amazônia Legal (2019).

Lorenz (2020, p. 12) afirma que em 1978, no início do processo de demarcação da TI Andirá-Marau, as aldeias, roças, cemitérios, territórios de caça, pesca e coleta situavam-se na região banhada pelos rios Andirá, Urupadi, Marau, Manjuru e Miriti e seus igarapés. Esse território é considerado pelos Sateré-Mawé como seu, apesar de compreenderem que essa extensão territorial abarca uma pequena parcela do que havia sido seu território tradicional. Os

mais velhos tinham conhecimento de que, apesar dos sucessivos confrontos com os brancos, os Sateré-Mawé souberam manter parte privilegiada de seu território – a área das terras altas onde floresce o waranã.

Em outras pesquisas realizada sobre o processo de demarcação da TI Andirá-Marau, Goulart (2016) menciona que os Sateré-Mawé tem os Rios Tapajós, Marmelos, Sucurundi, Abacaxi, Andirá, Marau, Parauari, Amanã e Mariacuã como referência territorial. Referem-se ao seu lugar de origem como sendo o “Nusoken”, lugar da morada de seus heróis míticos, que localizam à margem esquerda do rio Tapajós, fora da área demarcada. Relatos mostram que as cidades de Parintins, Maués e Itaituba estão sob sítios antigos do povo. Apesar da perda de parte de seu vasto território tradicional, a área que foi demarcada corresponde à parte privilegiada de seu território originário.

Nos primeiros anos da década de 80 a Terra Indígena foi invadida pela empresa estatal francesa de petróleo Elf-Aquitaine, que realizou exploração, explodindo dinamites, gerando destruição de roças, florestas, corpos d’água, afugentando a caça e causando acidentes como a morte de indígenas por intoxicação. Os Sateré-Mawé, com o apoio do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), ganharam processos contra a empresa e conseguiram ainda conter a construção da rodovia Maués-Itaituba que iria cortar seu território (Goulart, 2016, p. 32).

[...] essas invasões podemos citar o projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país e que cortaria a Terra Indígena ao meio, impossibilitando, assim, a demarcação de acordo com o traçado exigido pelos índios. Após a constatação de uma série de irregularidades, esse projeto foi embargado. Outras invasões importantes foram as realizadas pela empresa francesa Elf-Aquitaine, durante os anos de 1981 e 1982. Interessada na exploração desse mineral, realizou estudos sismológicos que causaram grandes prejuízos à flora da área. Além disso, provocaram a morte de alguns Sateré-Mawé com a detonação de cargas de dinamite enterradas naquela terra (Teixeira, 2005, p. 21-22).

A invasão feita pela Elf-Aquitaine em busca de petróleo resultou em grandes prejuízos para os Sateré-Mawé, não apenas durante o período de 1981-1982, mas também após a partida da empresa francesa da região. Isso se deu devido ao fato de que a Elf-Aquitaine deixou um rastro de 82 clareiras e mais de 344 km de áreas desmatadas ou danificadas por explosões de dinamite na região, conforme a figura a seguir. A utilização desse explosivo próximo às nascentes dos rios na Terra Indígena Andirá-Marau resultou na escassez de peixes para os indígenas (Lorenz, 1992; Oliveira, 2016; PIB Socioambiental, 2021).

Após uma longa luta que se estendeu por alguns anos, os Sateré-Mawé alcançaram duas vitórias em 1986, que foram a expulsão da empresa Elf Aquitaine e a homologação da

demarcação de seu território na data de 06 de agosto do referido ano.

Foi devido à luta incansável do Tuxaua Geral do Andirá, Donato Lopes da Paz, do Tuxaua Geral do Marau, Emílio Tibúrcio, do Tuxaua Manoelzinho Michiles do Marau e de Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, (figura a seguir) que a TI Andirá-Marau teve seu processo de demarcação concluído (Lorenz, 2020).

Figura 02 – Assembleia Geral do Povo Sateré-Mawé no ano de 1981, após a invasão da empresa petrolífera Elf-Aquitaine.



Fonte: PIB Socioambiental (2024).

Assim, a Terra Indígena do Andirá-Marau compreende atualmente uma área de 788.528 ha e perímetro de 477,7 km. No Estado do Amazonas está distribuída pelos municípios de Maués (148.622 ha), Parintins (30.994 ha) e Barreirinha (143.044 ha), e no Estado do Pará pelos municípios de Itaituba (350.615 ha) e Aveiro (115.253 ha) (Teixeira, 2005, p. 23).

Para o povo indígena da Terra Indígena Andirá-Marau, a homologação representou não apenas o reconhecimento legal de seu território ancestral, mas também a garantia de condições dignas para viverem de acordo com seus valores e tradições milenares. Com isso, puderam fortalecer suas práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo a conservação ambiental e a gestão responsável dos recursos naturais.

CARACTERIZAÇÃO DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ (CPSM)

As informações apresentadas a seguir foram construídas com base em pesquisa documental, a partir da análise de relatórios institucionais, documentos oficiais, registros de organizações indígenas, além de materiais produzidos pelo próprio Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM). Esse tipo de abordagem permitiu reunir dados relevantes sobre a origem, a estrutura organizacional e as estratégias de atuação do consórcio, contribuindo para uma compreensão mais ampla de seu papel no contexto da bioeconomia indígena e da gestão territorial.

O Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM) constitui-se como uma organização indígena estratégica para a promoção do desenvolvimento sustentável, da autonomia econômica e da valorização cultural do povo Sateré-Mawé, habitantes da Terra Indígena Andirá-Marau, na Amazônia brasileira. Reconhecidos historicamente como “o povo do guaraná”, os Sateré-Mawé foram responsáveis pela domesticação dessa planta nativa, cuja importância transcende o valor econômico, assumindo centralidade simbólica, espiritual e identitária.

A criação do CPSM está inserida no contexto do final da década de 1990, período marcado pelo crescimento do interesse global por produtos orgânicos, sustentáveis e provenientes do comércio justo. Tal iniciativa emerge como resposta às pressões externas sofridas pelo território e pelo modo de vida Sateré-Mawé, como o desmatamento, a exploração predatória dos recursos naturais e a dependência econômica imposta por intermediários. Assim, o consórcio surge como instrumento de reorganização produtiva e política, voltado à gestão autônoma da produção e da comercialização do guaraná e de outros produtos da sociobiodiversidade.

O CPSM foi concebido com a finalidade de reunir os produtores indígenas em uma única estrutura organizacional, capaz de garantir que a produção ocorra segundo os princípios da agroecologia e do manejo tradicional, respeitando os ciclos naturais da floresta e os saberes ancestrais. Atualmente, o consórcio conta com aproximadamente 380 produtores cadastrados, fortalecendo sua base produtiva e ampliando sua capacidade de atuação nos mercados nacional e internacional.

Entre os objetivos centrais do CPSM destacam-se a geração de renda para as famílias indígenas, a preservação da biodiversidade da Terra Indígena Andirá-Marau e a valorização da cultura Sateré-Mawé. A produção orgânica certificada constitui um dos pilares do consórcio, assegurando que os produtos sejam cultivados sem o uso de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que agrega valor mercadológico e reafirma o compromisso com a saúde ambiental e humana.

Complementarmente, a certificação de Comércio Justo garante preços mais equitativos aos produtores, promovendo justiça econômica e eliminando relações exploratórias.

Ao longo dos anos, o CPSM consolidou-se como referência em etnodesenvolvimento, alcançando reconhecimento internacional. O guaraná Sateré-Mawé passou a ser exportado para mercados exigentes, como os da Europa e dos Estados Unidos, onde há crescente demanda por produtos éticos, rastreáveis e ambientalmente responsáveis. Essa inserção internacional resultou em melhorias significativas nas condições de vida das comunidades, ao mesmo tempo em que fortaleceu a autonomia econômica e política do povo Sateré-Mawé.

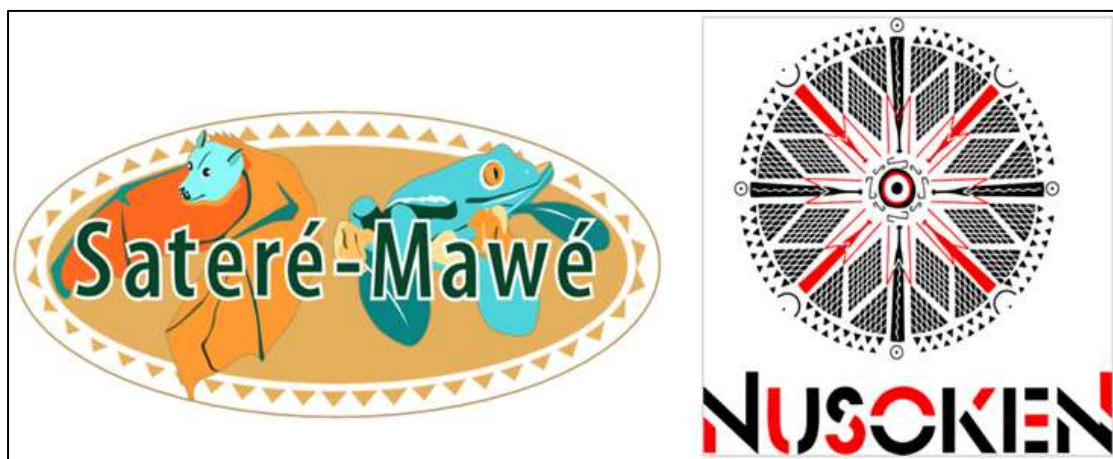
O funcionamento do CPSM está fundamentado em seu estatuto, que estabelece o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental como diretriz central. Vinculado às estratégias do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), o consórcio integra o Projeto Waraná, iniciativa que visa consolidar uma economia própria, baseada na valorização dos produtos tradicionais e na autogestão territorial. O projeto vai além da comercialização, buscando preservar costumes, fortalecer a organização comunitária e proteger a biodiversidade.

A estrutura administrativa do CPSM é inspirada no modelo organizacional do CGTSM, contando com secretarias e cargos específicos, como diretor geral, tesoureiro, coordenador de comércio justo solidário e representantes dos produtores e consumidores. Essa organização permite uma gestão transparente, participativa e eficiente, eliminando intermediários e assegurando que os benefícios econômicos retornem diretamente às comunidades produtoras.

A trajetória do CPSM está fortemente associada à liderança de Obadias Batista, cuja visão foi fundamental para a consolidação de um modelo de economia comunitária indígena. Sua atuação articulou parcerias estratégicas e culminou no encontro com o sociólogo italiano Maurizio Fraboni, cuja contribuição técnica e econômica possibilitou a inserção do guaraná Sateré-Mawé no mercado internacional de comércio justo. Essa parceria marcou um ponto de inflexão, garantindo a autossustentação financeira do projeto e fortalecendo a autonomia do povo.

A identidade visual do CPSM e de seus produtos, representada pela marca Nusoken, reforça a conexão entre economia, território e cosmovisão Sateré-Mawé. O nome Nusoken remete à floresta sagrada da mitologia indígena, local de origem do guaraná e da própria humanidade Sateré. As logomarcas incorporam símbolos como o olho do waraná, os porantins e grafismos que representam a proteção do território, expressando a centralidade do conhecimento ancestral e da espiritualidade na organização produtiva.

Figura 03 – Logomarca do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé e a marca Nusoken dos produtos comercializados pelo consórcio.



Fonte: adaptado pelo autor de Nusoken (2024).

Outro avanço estratégico do CPSM é a busca pela Denominação de Origem (DO) para seus produtos, especialmente o guaraná. Esse reconhecimento oficial valoriza os métodos tradicionais de cultivo, legitima a relação histórica do povo com o produto e amplia o acesso a mercados diferenciados. A DO fortalece a identidade cultural, agrega valor econômico e contribui para a preservação dos saberes e recursos naturais.

Dessa forma, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé representa uma experiência bem-sucedida de articulação entre tradição e inovação. Ao integrar conhecimentos ancestrais, organização política e inserção qualificada no mercado, o CPSM consolida-se como um instrumento de resistência cultural, autonomia econômica e promoção da bioeconomia indígena, reafirmando o protagonismo do povo Sateré-Mawé na gestão de seu território e de seu futuro.

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA POR MEIO DO CONSELHO GERAL DA TRIBO SATERÉ-MAWÉ (CGTSM)

Na década de 1980, a situação dos povos indígenas na Amazônia era alarmante, com a invasão de territórios por madeireiros, pecuaristas e grandes empresas agrícolas. Neste cenário, os Sateré Mawé, assim como outras comunidades indígenas, foram convocados a lutar pela demarcação de suas terras e pela preservação de suas práticas tradicionais. Foi nesse contexto que se iniciou uma articulação que culminou na criação do Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé.

Um dos resultados da intensa luta pelo reconhecimento, demarcação e homologação da Terra Indígena foi a fundação do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), a associação geral do povo que coordena as atividades de seus interesses, realizando sua

governança ao reunir todos os *tuisás* - tuxauas (lideranças políticas das comunidades e aldeias) do povo Sateré-Mawé.

O Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé (CGTSM) é uma das principais instituições representativas dos povos indígenas da Amazônia brasileira, em particular da etnia Sateré Mawé, que habita a região do médio e baixo Rio Amazonas e afluentes como o Rio Andirá e o Rio Marau. A criação e a evolução do CGTSM refletem a luta constante dos Sateré Mawé pela preservação de sua cultura, pelos direitos territoriais e pela autonomia política, em um contexto de intensas pressões externas, incluindo o avanço do desmatamento, a invasão de terras indígenas e a crescente exploração dos recursos naturais na Amazônia.

A formação do CGTSM deve ser compreendida no contexto da resistência indígena no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX. A ditadura militar brasileira (1964-1985) foi um período de intensas políticas de integração e assimilação impostas aos povos indígenas, com a promoção de projetos de desenvolvimento que ameaçavam diretamente as terras e a autonomia desses povos. Nesse cenário, os Sateré Mawé, como outras comunidades indígenas, enfrentam desafios relacionados à invasão de suas terras, ao desmatamento e à exploração ilegal de recursos naturais.

Os Sateré Mawé são conhecidos como "os filhos do guaraná", por serem os descobridores e primeiros cultivadores desta planta. A relação dos Sateré Mawé com o guaraná é profundamente espiritual e cultural, estando enraizada em mitos e tradições que remontam a séculos. No entanto, com a crescente pressão de empresas externas e a exploração comercial desenvolvida, as comunidades Sateré Mawé enfrentaram desafios significativos, como a perda de autonomia sobre suas terras e a depreciação dos valores culturais associados ao grupo.

Ainda na década de 1980, a situação dos povos indígenas na Amazônia era alarmante, com a invasão de territórios por madeireiros, pecuaristas e grandes empresas agrícolas. Neste cenário, os Sateré Mawé, assim como outras comunidades indígenas, foram convocados a lutar pela demarcação de suas terras e pela preservação de suas práticas tradicionais. Foi nesse contexto que se iniciou uma articulação que culminou na criação do Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé.

Durante o processo de demarcação da Terra Indígena Andirá-Marau, ocorreram várias interrupções por conta da existência de diversos conflitos na região. Um deles diz respeito à construção de uma estrada que iria viabilizar o percurso terrestre entre o município de Maués no Amazonas até Itaituba no Pará. O problema é que a rota da estrada passaria justamente em meio a Terra Indígena Andirá-Marau. Outra questão complexa para os indígenas da referida

região foi a exploração petrolífera da empresa francesa Elf-Aquitaine, a partir do ano de 1981 (Almeida, 2007; Oliveira, 2016; Uggé, 1993).

[...] essas invasões podemos citar o projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país e que cortaria a Terra Indígena ao meio, impossibilitando, assim, a demarcação de acordo com o traçado exigido pelos índios. Após a constatação de uma série de irregularidades, esse projeto foi embargado. Outras invasões importantes foram as realizadas pela empresa francesa Elf-Aquitaine, durante os anos de 1981 e 1982. Interessada na exploração desse mineral, realizou estudos sismológicos que causaram grandes prejuízos à flora da área. Além disso, provocaram a morte de alguns Sateré-Mawé com a detonação de cargas de dinamite enterradas naquela terra (Teixeira, 2005, p. 21-22).

Após o conflito pela demarcação de suas terras, os Sateré decidiram criar uma organização em 15 de setembro de 1987, chamada de Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé (CGTSM) para desenvolver projetos e proteger seu território. Os produtores de guaraná estão representados neste conselho, a luta entre biodiversidade e produtividade. Tendo como idealizador do conselho o Tuxaua Zuzu Miquiles, que reunindo os tuxauas e demais lideranças das comunidades da terra indígena recentemente homologada, coordenou a organização do povo sateré para preservar a integridade e a unidade física e cultural do povo sateré, com o objetivo de sensibilizar plenamente a população sateré para seus direitos e deveres, criando e mantendo condições de autossuficiência alimentar para quem vive na TI Andirá-Marau (Nusoken, 2024).

Segundo Fraboni (2016), o CGTSM, sob a liderança do tuxaua geral Zuzu Miquiles, funcionava como um colegiado que representava o conceito do Porantim. Na prática cultural tradicional e conforme é transmitido pela tradição oral, o Porantim desempenhava o papel de juiz supremo. Durante as disputas, os envolvidos tinham que expor as razões do conflito diante do Porantim, fundamentando suas argumentações no que estava registrado em sua essência. O objetivo desse processo era alcançar a resolução e restaurar a harmonia entre os membros da comunidade.

A história do Porantim é interpretada de várias maneiras dentro da tradição cultural dos Sateré-Mawé, e essa compreensão fundamenta a formação da organização de maior poder do povo Sateré-Mawé, o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). Batista (2020) destaca que o tuxaua Zuzu Miquiles inspirou a criação do conselho com base na passagem bíblica de Isaías 9:6, que diz: “Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, e o governo está sobre os seus ombros. E ele será chamado Maravilhoso Conselheiro, Deus Poderoso, Pai Eterno, Príncipe da Paz” (Autor, ano, página).

Essa referência bíblica serve como uma metáfora para a criação do CGTSM,

simbolizando a autoridade e a orientação oferecidas pelo conselho. O Porantim, na mitologia e tradições dos Sateré-Mawé, é visto como uma figura de autoridade suprema, cujas funções e atributos são comparáveis aos descritos na profecia. A origem e a importância do CGTSM são, assim, profundamente enraizadas na mitologia do waraná (guaraná), que desempenha um papel central na cultura dos Sateré-Mawé.

O guaraná, além de ser um elemento cultural significativo, também serve como um intermediário essencial para o mercado. A sua valorização nas tradições e rituais dos Sateré-Mawé contribui para o fortalecimento da identidade e da autodeterminação dessa etnia. Através do guaraná, o CGTSM busca afirmar seu papel como um agente de desenvolvimento e autonomia, refletindo a integração dos conhecimentos tradicionais com as demandas contemporâneas de autossuficiência e reconhecimento no mercado global.

Paiva (2018) explora a complexidade do Porantim, um artefato cultural crucial para os Sateré-Mawé, que é inscrito com hieróglifos e possui dois lados simbólicos distintos. De um lado, o Porantim retrata o mito da origem do guaraná, a formação dos clãs e os princípios fundamentais de bem, união e trabalho. Esta parte do artefato celebra os aspectos positivos da história e da cultura Sateré-Mawé, refletindo a importância da coesão social e do desenvolvimento comunitário.

No reverso do Porantim, são descritos temas mais sombrios, como a desunião, os mitos das guerras e eventos históricos de conflito, incluindo o relato da Guerra da Cabanagem. Essas narrativas abrangem as lutas e adversidades enfrentadas pela etnia, e eram tradicionalmente transmitidas apenas pelos antigos sábios e líderes anciãos das aldeias. Esses relatos desempenhavam um papel vital na preservação da memória histórica e cultural, oferecendo lições e advertências sobre as consequências da desunião e do conflito.

Com o passar dos anos e a transição para novas lideranças indígenas, houve uma perda gradual da compreensão plena dos significados e do contexto das inscrições do Porantim. A nova geração de líderes Sateré-Mawé, muitas vezes, enfrenta um dilema em relação à exposição do artefato, temendo que a divulgação de suas narrativas mais trágicas possa expor uma história dolorosa e gerar estigmatização ou desrespeito. Assim, o Porantim, se torna um símbolo de desafio, não apenas por seu valor histórico, mas também por sua carga emocional e cultural, refletindo uma luta contínua para equilibrar a preservação da memória ancestral com a necessidade de projetar uma identidade positiva e coesa para a comunidade.

Em resposta às ameaças aos seus territórios e à necessidade de fortalecimento da organização coletiva para a defesa dos direitos indígenas, os Sateré-Mawé mobilizaram-se

para criar uma entidade representativa capaz de dialogar com o Estado brasileiro e outros atores externos. Nesse contexto, foi fundado, em 1987, o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), com o objetivo inicial de organizar a resistência à exploração de suas terras e lutar pela demarcação de seu território tradicional, elemento fundamental para a garantia de sua autonomia.

Desde sua criação, a demarcação territorial constituiu um dos principais objetivos do CGTSM. O processo de reconhecimento das terras indígenas no Brasil é complexo e frequentemente marcado por conflitos com fazendeiros e empresas interessadas na exploração de recursos naturais. No caso dos Sateré-Mawé, esses desafios foram intensificados pelo elevado interesse econômico na região, especialmente em razão do cultivo do guaraná, planta de grande valor cultural e econômico para esse povo. Nesse cenário, o CGTSM desempenhou papel central na articulação das reivindicações junto ao governo brasileiro, na promoção da unidade entre as aldeias e na mobilização da opinião pública em âmbito nacional e internacional.

Como resultado dessa atuação, foi conquistada a demarcação oficial da Terra Indígena Andirá-Marau, em 1986, abrangendo mais de 788 mil hectares nos estados do Amazonas e do Pará. Essa conquista representou uma vitória significativa para os Sateré-Mawé, assegurando a posse legal de suas terras e a preservação de seus modos de vida e práticas culturais tradicionais. Além da luta territorial, o CGTSM tem atuado de forma contínua na promoção e defesa da cultura Sateré-Mawé, incluindo a proteção da língua, dos conhecimentos tradicionais, das práticas de medicina indígena e de outras expressões fundamentais à identidade do povo.

A atuação do CGTSM também envolve a promoção de estratégias voltadas à sustentabilidade cultural e econômica, destacando-se a produção sustentável do guaraná, cultivado de forma tradicional, sem uso de agrotóxicos e em harmonia com o ciclo natural da planta. Essa atividade gera renda para as comunidades e reforça a preservação da floresta e dos saberes ancestrais. Paralelamente, o CGTSM participa ativamente da articulação política em níveis local, nacional e internacional, integrando redes de organizações indígenas e estabelecendo parcerias com instituições que fortalecem a defesa dos direitos dos Sateré-Mawé e contribuem para a melhoria das condições de vida nas aldeias.

Na busca pelo reconhecimento de seus direitos e pela construção de uma gestão autônoma do território, a organização política dos Sateré-Mawé foi formalizada como uma associação civil de direito privado, independente de partidos políticos e sem vínculo religioso,

atuando sem fins econômicos. A entidade busca estruturar ações que garantam a proteção da identidade cultural e, ao mesmo tempo, viabilizem um modelo de gestão territorial alinhado às necessidades e aspirações do próprio povo, conforme estabelecido em seu estatuto.

- I - Conscientizar plenamente o Povo Sateré-Mawé de seus direitos e de seus interesses, tais quais eles são no contexto regional, nacional e mundial do tempo presente;
- II - Coordenar a auto-organização do Povo Sateré-Sateré;
- III - Preservar a integridade física, a identidade cultural e a união do Povo Sateré-Mawé;
- IV - Recriar e manter as condições de completa autossuficiência alimentar para quem vive na Terra Indígena Andirá-Marau;
- V - Conquistar para cada uma das famílias Sateré-Mawé a possibilidade de ter, na medida em que ela quiser uma renda monetária através da comercialização de suas específicas produções agro silvícolas;
- VI - Cuidar das riquezas naturais e das terras que lhe foram confiadas pelos ancestrais;
- VII - Cuidar do patrimônio cultural e imaterial que lhe foi confiado pelos ancestrais; VIII – gerenciar coletivamente as parcerias do Povo Sateré-Mawé com entidades públicas e privadas;
- VIII - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- IX - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - Representar o Povo Sateré-Mawé ou, de forma subsidiária aos membros, qualquer segmento da sociedade Sateré-Mawé, judicial e extrajudicialmente (Estatuto CGTSM, 2013, p. 1).

Com os objetivos claramente delineados em seu estatuto, o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé visa gerenciar o território de maneira autônoma. Este esforço de autoadministração é orientado por uma série de metas e estratégias que buscam assegurar a plena realização de seus objetivos. Entre as principais metas do conselho, destacam-se:

- I - o reconhecimento e o respeito, no mundo todo, da cultura, da identidade, dos interesses, dos anseios, dos direitos do Povo dos Filhos do Guaraná;
- II - a defesa e a recuperação das atividades econômicas de caráter ou interesse comum do Povo Sateré-Mawé, principalmente a produção agrícola e silvestre, e o manejo da caça e da pesca;
- III - a defesa e a recuperação de todo tipo de tecnologia artesanal e escola tradicional do Povo Sateré-Mawé, pelo que é da produção de bens, serviços e objetos estéticos;
- IV - a defesa e a recuperação do seu patrimônio de conhecimentos científicos no relacionamento com o meio ambiente, e na organização social, do espaço e do pensamento;
- V - a defesa e a recuperação dos recursos naturais, do equilíbrio ecológico e da biodiversidade de seu território;
- VI - o estímulo e a valorização das atividades econômicas das aldeias, das famílias e das pessoas, com o propósito de promover um desenvolvimento sustentável

integrado da área indígena Andirá-Marau: ou seja, um tipo de desenvolvimento quantitativamente escolhido pelo próprio indígena, mas não autárquico, que seja economicamente equitativo e socialmente justo, respeitoso do meio ambiente assim como respeitoso da cultura tradicional e fundamentado nela.

VII - o estímulo e a valorização dos recursos intelectuais indígenas na produção de atividades de pesquisa no território, que assuma a complementaridade entre identidade cultural e solução dos problemas de um desenvolvimento ecologicamente e economicamente sustentável;
[...] (Estatuto CGTSM, 2013, p. 02).

De acordo com o estatuto, as lideranças buscam expandir as pesquisas sobre seus territórios, além de incentivar a transmissão familiar e comunitária dos saberes tradicionais de uma geração para outra, como uma maneira de preservar suas memórias. A relevância de assegurar o acesso à educação escolar e a um sistema de saúde indígena distinto; preservar a integridade territorial das terras demarcadas e garantir uma vida de qualidade para os indígenas.

A auto-organização promovida pelo CGTSM fortalece a união e a solidariedade entre os Sateré-Mawé, fundamentais para a preservação cultural e dos saberes ancestrais. A educação diferenciada integra conhecimentos tradicionais e contemporâneos, preparando a comunidade para participar ativamente da construção de seu futuro. Nesse contexto, o Estatuto orienta ações éticas e transparentes, voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

Conforme o estatuto do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), a Figura 05, ilustra como a organização implementa práticas de gestão administrativa essenciais para alcançar os objetivos propostos e maximizar os benefícios derivados da participação ativa nos processos decisórios da associação.

Figura 04 – Estrutura Organizacional CGTSM.



Fonte: Adaptado pelo autor (2024).

Garcia (2024) analisa o sistema organizacional do Conselho Geral da Tribo Sateré-

Mawé (CGTSM) como uma estrutura análoga à de uma prefeitura, baseada em uma organização centralizada por coordenações de secretarias. Tal configuração evidencia a existência de uma Secretaria Geral composta por seis secretarias, cada uma desempenhando funções estratégicas voltadas à autogestão da Terra Indígena Andirá-Marau, em consonância com os princípios da política de etnodesenvolvimento. Essas secretarias são fundamentais para a implementação de ações que articulam desenvolvimento sustentável, autonomia política e preservação da cultura indígena.

A primeira secretaria atua na área de cultura e educação diferenciada, sendo responsável por apresentar à diretoria do CGTSM as demandas de professores e estudantes Sateré-Mawé. Sua atuação estimula a participação de pesquisadores indígenas na produção de conhecimentos relevantes para a comunidade e promove a integração entre educadores e saberes tradicionais. Essa secretaria fortalece o modelo pedagógico da Livre Academia do Wará (LAW), que, conforme Barreto (2019), fundamenta-se na oralidade, no diálogo e nas práticas culturais indígenas, distinguindo-se das academias convencionais por não possuir uma estrutura formal escrita. A LAW contribui para a construção de um projeto de universidade indígena Sateré-Mawé, valorizando os conhecimentos ancestrais no contexto educacional contemporâneo.

A segunda secretaria é voltada à saúde diferenciada e tem como foco a recuperação e a valorização dos saberes tradicionais relacionados às plantas medicinais. Com o apoio de pesquisadores indígenas, busca promover a autonomia dos profissionais de saúde locais, integrando práticas tradicionais de cura, como a pajelança, aos cuidados preventivos e terapêuticos. Seu objetivo é estruturar um sistema de saúde culturalmente adequado, autossuficiente e alinhado às especificidades da comunidade, contribuindo para a preservação dos conhecimentos ancestrais e para o fortalecimento da gestão indígena da saúde.

A terceira secretaria, denominada Secretaria Autônoma das Mulheres, tem como finalidade promover o empoderamento e a participação ativa das mulheres Sateré-Mawé na organização comunitária. Segundo Matos (2016), sua atuação está relacionada à criação da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM), que surgiu a partir das dificuldades enfrentadas por mulheres que migraram para Manaus. A produção e a comercialização de artesanato tornaram-se estratégias de geração de renda e de preservação da identidade cultural. Além disso, a AMISM desenvolve ações voltadas à gestão de resíduos sólidos nas áreas indígenas, promovendo educação ambiental, melhorias sanitárias e o fortalecimento da autonomia feminina.

A quarta secretaria, central para esta pesquisa, é representada pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), considerado o braço econômico do CGTSM. O consórcio é responsável pela administração das atividades produtivas, pela comercialização e pela exportação de produtos da Terra Indígena Andirá-Marau. Seu objetivo é garantir a autogestão econômica do território, assegurando sustentabilidade financeira e valorização dos produtos tradicionais. O CPSM atua no controle de qualidade, na preservação dos conhecimentos produtivos ancestrais e na adoção de práticas sustentáveis, contribuindo para a autonomia econômica e o fortalecimento da identidade cultural e ambiental.

A quinta secretaria é responsável pela Comunicação e Transparência, tendo como missão divulgar as ações do projeto integrado de etnodesenvolvimento e assegurar o acesso à informação para produtores, lideranças e parceiros. Também exerce funções vinculadas ao Conselho Fiscal, monitorando recursos financeiros, compras, produção e comercialização. Conforme Barreto (2019), essa secretaria realiza o registro detalhado das operações no território, promovendo transparência administrativa e fortalecendo a confiança institucional.

A sexta secretaria, denominada Secretaria de Vigilância, é encarregada da proteção ambiental da Terra Indígena. Suas atribuições incluem o monitoramento da fauna e da flora, o combate ao desmatamento ilegal, aos incêndios florestais e à exploração clandestina de recursos naturais. Sua atuação é semelhante à do IBAMA, no sentido de fiscalizar e assegurar o cumprimento das normas ambientais, garantindo a preservação dos recursos naturais essenciais à sustentabilidade e à reprodução cultural dos Sateré-Mawé.

Nesse contexto, o CGTSM constitui-se como uma instituição central na história recente do povo Sateré-Mawé e do movimento indígena brasileiro. Desde sua criação, o conselho tem protagonizado lutas pela defesa do território, pela preservação cultural e pela autonomia política e econômica. Em 1995, em parceria com a ACOPIAMA, apresentou o guaraná Sateré-Mawé em uma feira internacional de comércio justo na Itália, marco inicial do projeto integrado de etnodesenvolvimento. Esse projeto busca a autonomia sustentável dos produtores indígenas, articulando tradição e modernidade em um modelo de desenvolvimento que respeita os saberes tradicionais e promove melhorias na qualidade de vida na Terra Indígena Andirá-Marau (Almeida, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a bioeconomia indígena praticada pelo povo Sateré-Mawé vai muito além de uma estratégia econômica,

constituindo-se como um instrumento de afirmação cultural, fortalecimento político e garantia da permanência das comunidades em seu território. A experiência do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé demonstra que é possível articular conhecimentos ancestrais e demandas contemporâneas de mercado sem romper com os princípios tradicionais de respeito à natureza e de vida coletiva.

Observou-se que a organização social promovida pelo Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé tem papel fundamental na consolidação da autogestão territorial, criando mecanismos próprios de administração, produção e proteção ambiental. Esse modelo evidencia que o desenvolvimento, quando conduzido pelos próprios povos indígenas, pode gerar renda, melhorar as condições de vida nas aldeias e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade e os saberes tradicionais.

Apesar dos avanços, permanecem desafios significativos, especialmente diante da limitada presença de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de iniciativas indígenas de produção sustentável. A continuidade e ampliação dessas experiências dependem não apenas do esforço comunitário, mas também de reconhecimento institucional e apoio que respeite a autonomia e os modos próprios de organização dessas populações.

O estudo evidencia, portanto, que o caso do povo Sateré-Mawé constitui uma referência de resistência e inovação social na Amazônia, mostrando que o chamado desenvolvimento sustentável ganha novos sentidos quando parte das experiências e das visões de mundo dos povos originários. Além de inserir produtos indígenas no mercado, trata-se de garantir que o território, a cultura e o modo de vida continuem sendo o centro das decisões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. **Organizações indígenas e as estratégias para a gestão do território: uma análise a partir do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM)**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

BARRETO, W. de S. **Cadeia produtiva sustentável em experiências emblemáticas na Amazônia: a transição para uma economia de baixo carbono**. 2019. Tese (Doutorado) – Blumenau, 2019.

BATISTA, O. G. **Entrevista de campo**. Parintins, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução nº 5, de 07 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Participação Indígena na construção de políticas públicas**. Brasília, DF, 2020. Disponível

em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/cidadania/participacao-indigena-na-construcao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO GERAL DA TRIBO SATERÉ MAWÉ. **Estatuto**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzMMZ0hrCPJ1Q0E0QU9QcG0yNlk/view>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa; revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRABONI, M. Estudo histórico-cultural justificando a atribuição de denominação de origem ao Waraná da Terra Indígena Andirá-Marau. In: CHAVES, M. P. S. R.; CARVALHO, N. L. A. (Org.). **Economia criativa: a experiência do Observatório Estadual de Economia Criativa do Amazonas**. Manaus: EDUA, 2016. p. 235-266.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Coordenação Geral de Gestão Ambiental (Org.). **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: orientações para a elaboração**. Brasília, DF: FUNAI, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, A. *et al.* **Núcleos Regionais Amazônia Central/Ocidental e Oriental**. Brasília, DF: IEB, 2016. (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas).

MATOS, M. do S. P. de. **Olhar das mulheres Sateré-Mawé sobre o lixo**. Manaus: EDUA, 2016.

NASCIMENTO, S. P. **Baku, uma Tuxaua na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2013.

NUSOKEN. **Estatuto**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzMMZ0hrCPJ1Q0E0QU9QcG0yNlk/view>. Acesso em: 28 nov. 2025.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PAIVA, I. T. P. de. **O protagonismo indígena entre os Sateré-Mawé: lutas e resistências**. 2018. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PEREIRA, C. F. *et al.* Organização de controle social da produção agroecológica do guaraná selvagem (*Paullinia cupana* Khunt.): experiência da Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi, no município de Maués – Amazonas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, p. 1–5, 2018.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEIXEIRA, P. **Sateré-Mawé**: retrato de um povo indígena. Manaus: Fundo de População das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Universidade Federal do Amazonas, 2005. 147 f.

UGGÉ, H. **As bonitas histórias Sateré-Maué**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1993.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA (Org.). **Bioeconomia indígena**: saberes ancestrais e tecnologias sociais. São Paulo: Arapyaú, 2024. (Cadernos da Concertação, v. 3).

YAMÃ, Y. **Sehaypóri**: o livro sagrado do povo Sateré-Mawé. São Paulo: Peirópolis, 2007.